



Índice

- 01** Povo Pataxó ocupa Diretoria de Educação para exigir o fim de indicações políticas nos cargos e licitações
- 02** Manifestações marcarão os três anos do assassinato do casal de extrativistas em Nova Ipixuna (PA)
- 03** Xukuru de Ororubá reúne povos do Nordeste em assembleia que discutiu território e acesso à água
- 04** Indígenas continuam com manifestação em Miranda
- 05** De origem indígena, boxeadora do AM sonha em chegar às Olimpíadas
- 06** Escola indígena em Alter do Chão, PA, aposta na tecnologia em sala de aula
- 07** Escola indígena entre as 150 melhores
- 08** Horta em Escola Indígena de Dourados recebe menção nacional
- 09** Indígenas reivindicam readmissão de coordenador da educação modular
- 10** Questão indígena no Alto Uruguai será tema de debate na UFFS – Campus Erechim
- 11** Natal recebe Encontro dos Pontos de Cultura Indígenas
- 12** Movimentos chamam atenção às violações de direitos pelas mineradoras
- 13** MPF/BA: comunidade discute impactos de projeto de irrigação Baixio de Irecê
- 14** Carta de encerramento do Seminário Internacional Carajás 30 anos



-
- 15** [No AP, médicos cubanos têm contato pela primeira vez com indígenas](#)
 - 16** [Ministro do Desenvolvimento Agrário reafirma compromisso com quilombolas](#)
 - 17** [Comunidade quilombola recebe projeto de melhoria da qualidade de vida](#)
 - 18** [SDR Ibirama vistoria escola indígena La klãnõ em José Boiteux](#)
 - 19** [Prefeito propõe mudar nomes de escolas indígenas](#)
 - 20** [Polícia Civil de Miranda resgata reféns em aldeia indígena](#)
 - 21** [Agricultores e indígenas estão descrentes sobre chance de acordo](#)
 - 22** [MPF tem recomendação acatada: Governo instituirá magistério indígena no Ceará](#)
hoje, 22, às 14 horas
 - 23** [As comunidades quilombolas alumiam o Baixo Parnaíba maranhense](#)
 - 24** [Águas, Povos e Tradições](#)
 - 25** [Nota em Defesa dos Munduruku do Tapajós](#)
 - 26** [Congresso do Paraguai aprova expropriação de terras em favor de indígenas](#)
 - 27** [PMs são recebidos a tiros por indígenas na aldeia de Queimadas em Ortigueira](#)
 - 28** [Projeto de Pesquisa da Unisc resgata cultura indígena](#)
 - 29** [Educação indígena ganha novos investimentos](#)
 - 30** [Casal indígena mostra sua beleza em ensaio para o Delit](#)



Povo Pataxó ocupa Diretoria de Educação para exigir o fim de indicações políticas nos cargos e licitações

SÍTIO CIMI, 21.05.2014

Desde a manhã desta quarta-feira, 21, cerca de 200 pataxó ocupam a Diretoria Regional de Educação, Cultura e Cidadania (Direc) 9, município de Teixeira de Freitas, extremo sul da Bahia. O movimento pede transporte escolar de qualidade e o fim das indicações políticas nas licitações de empresas que fazem este serviço. Por conta disso, os pataxó exigem a exoneração do atual coordenador do Direc-9 e que o cargo seja exercido com o compromisso de atender a demanda das comunidades, não de políticos e seus partidos.

A ocupação da diretoria seguirá por tempo indeterminado e os indígenas reivindicam a presença do secretário de Educação do governo da Bahia. "Estamos denunciando essas coisas faz tempo e nunca responderam para nós. Agora só saímos depois que o representante do governo chegar aqui para negociar", afirma Linho Pataxó. Conforme os indígenas, o coordenador do Direc-9 ocupa o posto submetido a interesses partidários, inclusive em sua preferência por determinadas empresas no transporte escolar.

Os indígenas afirmam que o deputado federal Valmir Assunção (PT/BA) influencia nestas indicações políticas do Direc-9. O parlamentar, inclusive, faz parte da recém criada Frente Parlamentar em Defesa das Populações Atingidas por Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) de iniciativa da bancada ruralista, inimiga história do Movimento dos Sem Terra (MST), do qual Assunção é destacada liderança.

"O que nós queremos é que o deputado não faça o que vem fazendo. Sempre demonstramos respeito com ele, mas o Direc-9 precisa atender os pataxó e não interesses partidários ou do próprio deputado. Queremos respeito", afirma Aguinaldo Pataxó. O indígena declara que será enviado ao Ministério Público Federal (MPF) um dossiê com as denúncias e o pedido de apuração delas.

Além disso, Aguinaldo afirma que os veículos escolares não correspondem ao que foi prometido. São carros com carroceria, onde as crianças correm o risco de cair. Para piorar, quando chegam à escola, depois de expostos às consequências da insegurança, os alunos não encontram livros, cadernos e merenda.



Manifestações marcarão os três anos do assassinato do casal de extrativistas em Nova Ipixuna (PA)

SÍTIO CIMI, 21.05.2014

No próximo sábado, dia 24, completarão três anos do assassinato do casal de extrativistas José Claudio e Maria do Espírito Santo (foto). O crime ocorreu no interior do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranhiera, onde o casal era assentado e desenvolvia seu trabalho de preservação da natureza. Os disparos que tiraram a vida do casal foram feitos pelos pistoleiros Lindonjonson Silva e Alberto do Nascimento, ambos condenados a mais de 40 anos prisão.

O acusado de ser o mandante do crime, José Rodrigues Moreira, foi inocentado pelos jurados num julgamento em que o juiz que o presidiu, Murilo Lemos Simão, foi acusado de ter um comportamento questionável durante a fase processual e durante a seção do tribunal do júri, que na avaliação das entidades de direitos humanos que acompanharam o caso, contribuiu para a absolvição de José Rodrigues Moreira.

A afirmação do magistrado no texto da sentença final, de que "o comportamento das vítimas contribuiu de certa maneira para o crime (...) pois tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural", foi criticada pelos movimentos sociais como uma tentativa de criminalizar as vítimas, manchar a história e a memória do casal.

De acordo com as investigações e provas existentes no processo, José Rodrigues comprou ilegalmente um lote na reserva extrativista onde três famílias já residiam há quase um ano. Tentou expulsar violentamente as famílias e queimou a casa de uma delas. José Claudio e Maria denunciaram o caso aos órgãos públicos e deu todo apoio para o retorno das famílias para seus lotes. Foi por causa disso que José Rodrigues decidiu mandar matar o casal.

O Ministério Público e os advogados da família de José Claudio e Maria, recorreram da decisão de absolvição de José Rodrigues. Um ano após o julgamento, o recurso de Apelação aguarda decisão da Desembargadora Vera Araújo de Souza, da 1ª Câmara Criminal Isolada do Tribunal de Justiça do Estado. Sendo anulada a decisão que absolveu o mandante, o próximo passo será pedir o desaforamento do processo da Comarca de Marabá para a Comarca de Belém, onde novo julgamento possa ocorrer com mais imparcialidade.

Após o assassinato do casal, os familiares das vítimas e os movimentos sociais foram surpreendidos pela decisão do INCRA, sob a responsabilidade do então superintendente Edson Bonetti, de promover o assentamento do mandante do crime, no mesmo lote, pelo qual ele é acusado de mandar matar José Claudio e Maria. Um ano e seis meses após essa escandalosa decisão do INCRA, nenhuma ação concreta, administrativa ou judicial, foi encaminhada pelo órgão no sentido de retomar o lote, ilegalmente adquirido.

O Ministério Público Federal, ingressou com uma ação penal contra José Rodrigues e outros alegando que no processo de compra do lote houve prática de crime agrário previsto na Lei

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

4.947/69 e Estelionato Majorado, previsto no Art. 171 do Código Penal. Ocorre que, faz um ano que o processo está praticamente parado na 2ª Vara Federal de Marabá, devido o oficial de justiça não ter localizado José Rodrigues, mesmo ele morando no lote do conflito, para intimá-lo da denúncia do Ministério Público.

Neste sábado e domingo, dezenas de trabalhadores rurais, lideranças sindicais, estudantes estarão se deslocando para o lote onde residia o casal dentro do assentamento para uma extensa programação que lembrará a memória dos três anos do assassinato de José Claudio e Maria. No local haverá exposição cultural, trilha ecológica, caminhada até o local onde foram assassinados e ato ecumênico. Além de manter viva a história e a memória do casal, o ato será também uma forma de pressão pela punição do principal responsável pelo crime.

Marabá/Nova Ipixuna, 21 de maio de 2014.

Familiares de José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

Comissão Pastoral da Terra - CPT da Diocese de Marabá.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ipixuna.

Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Agro-extrativista.



Xukuru de Ororubá reúne povos do Nordeste em assembleia que discutiu território e acesso à água

SÍTIO CIMI, 21.05.2014

“A água é um elemento sagrado que faz parte do contexto espiritual do povo Xukuru. Quem escolheu esse tema foram os Encantados, para que o povo Xukuru possa saber a importância do território sagrado”, afirmou o cacique Marcos Xukuru durante a XIV Assembleia do Povo Xukuru de Ororubá, que ocorreu entre os dias 17 e 20 deste mês na aldeia Pedra d’água, “Recanto dos Encantados”, terra indígena localizada no município de Pesqueira (PE).

O tema da assembleia foi “Limolaigo Toipe – Terra dos Ancestrais: A Água é o Sangue da Terra”. A aldeia Pedra d’água, que sediou a encontro, foi a primeira retomada realizada pelos xukuru do território sagrado e é lá que está enterrado cacique Xikão Xukuru, assassinado em 1998 no contexto da luta pelo território que em 2001 acabou sendo demarcado e hoje é motivo de tema da assembleia.

Discussões envolvendo a mobilização dos povos indígenas do Nordeste não passaram despercebidas. Com a presença de vários povos, entre outros os Potiguara, da Paraíba, Xukuru-Kariri, de Alagoas, e Kambiwá, de Pernambuco, foi possível debater a conjuntura da região e os problemas que afetam a vida das comunidades indígenas do sertão da Bahia até o Ceará. A água, tema da assembleia, é ponto de discussão em todo o Nordeste, seja na oposição a Transposição do Rio São Francisco às cercas que impedem o acesso de vários povos a fontes de água pura.

A temática da assembleia traz para reflexão do povo Xukuru a importância e os cuidados com a água, que nasce dentro de seu território. A água como fonte de vida e espiritualidade, e que vem reforçar o pensamento do cacique Xikão, que sempre dizia que a água é o sangue da terra. Considerando as questões climáticas, a água torna-se cada vez mais escassa e comercializada dentro do sistema capitalista, retirando toda a sacralidade e restringindo o acesso dos povos do Brasil.

Em 2017, o tema da campanha anual da ONU terá como tema “Água e espiritualidade”. Portanto, os xukuru demonstram que os povos indígenas podem contribuir com as discussões. Dentro do contexto de gestão territorial, os xukuru apontam para a necessidade de preservar o ecossistema e os mananciais hídricos, além de democratizar o acesso a água, internamente e com os municípios do entorno da terra indígena, no caso de Pesqueira e Alagoinha.

Leia na íntegra a carta do encontro:

Carta da XIV Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá

Nós, Povo Xukuru do Ororubá, reunidos na a Aldeia Pedra D’Água, conduzidos pela natureza sagrada através da força das águas, no período de 17 a 19 de maio de 2014, realizamos a

CONT.



nossa XIV Assembleia que teve como tema: Limolaigo Toípe – Terra dos Ancestrais: A Água é o

sangue da Terra. Nesse espaço Sagrado se fizeram presentes representantes das 24 (vinte e quatro) Aldeias, distribuídas nas três regiões que compõem o Território Tradicional do Povo Xukuru do Ororubá: Região Serra, Agreste e Ribeira. Contamos também com a presença de alguns parentes: Povo Potiguara – Paraíba, Xukuru Kariri – Alagoas, Povo Kambiwá e Kapinawá – Pernambuco. Aliados: CIMI, UFRPE, UFRN, Diocese de Pesqueira, SESAI, DSEI, IPA, Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos em Pernambuco, Superintendência do INCRA em Pernambuco e MCP – Movimento das Comunidades Populares.

Tendo como referencia o significado espiritual da água e sabedores de que ela é habitada por seres espirituais protetores da vida dos Xukuru e de todos os seres humanos que habitam no planeta terra, refletimos sobre a importância de conhecermos melhor a realidade hídrica de cada Aldeia e pensarmos formas de melhor cuidar e preservar esse líquido sagrado, dádiva da natureza, que assegura a existência de toda a humanidade. Para tanto, antes de refletirmos sobre a nossa situação particular, socializamos as informações sobre a distribuição e o acesso a água no Brasil e no mundo, percebendo os grandes desafios da atualidade, em que apenas 8% da água existente no planeta está destinada ao consumo humano, sendo a grande utilização feita pela indústria e o agronegócio, principais responsáveis pelos impactos ambientais e sociais que afetam o mundo inteiro.

É por essa razão que no Congresso Nacional Brasileiro, os parlamentares da bancada ruralista propõem vários projetos de lei, a exemplo da PEC 215, na tentativa de impedir a Demarcação das Terras Indígenas, no intuito de que essas terras e as águas nelas existentes possam ser exploradas para seus interesses econômicos, como ficou explicitado na análise de conjuntura política realizada em nossa assembléia.

No que se refere à nossa conjuntura interna, a partir dos trabalhos realizados pelos grupos, percebemos que considerando o fato de nosso território está localizado dentro do semi-árido nordestino, sua situação hídrica, embora seja limitada, é bem mais favorável do que muitas outras regiões do nordeste, isso ocorre em virtude de sua topografia que tem como determinante a Serra Sagrada do Ororubá, onde se encontram preservadas as matas, morada dos Encantados e lugar dos nossos rituais sagrados.

Todavia, constatamos também que é necessário melhorarmos a nossa forma de relacionamento com as fontes, nascentes, cacimbas, açudes, barragens, rios e riachos que alimentam o nosso território sagrado. Lamentavelmente, alguns hábitos e costumes criados pelo sistema capitalista que trata a água como se fosse uma mercadoria a ser utilizada a serviço de interesses econômicos, também podem ser identificados dentro de nossas comunidades. Por essa razão, ocorrem situações de poluição das águas pelo uso de agrotóxicos, pela forma incorreta da coleta do lixo e pelo descuido com as margens dos mananciais, que são afetados pela criação de animais de grande porte como o boi e o cavalo. Além disso, há também situações de desigualdades no acesso a água, quando algumas pessoas são mais beneficiadas do que outras, correndo-se o risco de cair na tentação de privatização e comercialização desse líquido sagrado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

Conscientes dessa realidade desafiadora, após termos concluído a elaboração do mapa hidrográfico do Território Xukuru, fomos ungidos espiritualmente através dos rituais conduzidos pelas lideranças religiosas do nosso povo. Como forma de compromisso com a preservação da mãe natureza e a garantia de continuidade das gerações futuras, decidimos que se faz necessário fortalecer em todas as nossas aldeias o processo de conscientização sobre o valor espiritual da água e a utilização correta da mesma, seja para o consumo humano, ou para cultivo da agricultura e criação de animais. Ao mesmo tempo, assumimos também o compromisso de participarmos da Campanha Internacional que propõe a expressão "Água e Espiritualidade" para ser assumida pela ONU como o tema principal do Dia Mundial da Água do ano 2017.

Por fim, na perspectiva de dar continuidade ao nosso projeto de vida, que tem como referencia o modelo do Bem Viver, reafirmamos a sábia citação pronunciada pelo cacique Xicão e que serve de inspiração para continuarmos a nossa luta em defesa do nosso território sagrado: "A Água é o sangue da Terra, as matas são os cabelos da Terra, as pedras são os ossos da Terra".

Aldeia Pedra D'Água, 19 de maio de 2014.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

Indígenas continuam com manifestação em Miranda

SÍTIO CAPITAL NEWS, 22.05.2014

A delicada questão indígena em Mato Grosso do Sul vivencia mais um capítulo em Miranda. Nessa terça-feira (20), um grupo de pelo menos 100 pessoas interditou a entrada do aterro sanitário da cidade com a justificativa de reivindicar melhorias nas comunidades locais. Porém produtores rurais da região dizem que a manifestação dos índios nada tem a ver com melhorias.

"Se eles (os índios) quisessem melhorias tinham ido para a prefeitura protocolar os pedidos, como é normal acontecer. Eles tentaram invadir minha propriedade e quando se depararam com um grupo de fazendeiros para impedir a entrada deles em minha propriedade, foram para frente do "lixão", que fica a 50 metros da entrada da minha fazenda. Quiseram nos intimidar colocando fogo no local, ontem era um grupo razoável, hoje já são apareceram lá pelo menos três ônibus lotados e gente. O que eles querem? Se fossem melhorias não precisariam interditar lixão", afirmou Pedro Pedrossian Filho, produtor rural da região.

Para Pedrossian Filho, a questão indígena na região atrapalha o desenvolvimento do município. "Os produtores que antes investiam R\$ 50, R\$ 70 mil em suas propriedades hoje não investem nem metade disso", observou.

O acique Branco disse que a manifestação iniciada ontem não tem qualquer relação com invasão de propriedade ou algo relacionado aos produtores e que os indígenas buscam melhorias para as comunidades. A prefeitura de Miranda informou nesta terça-feira que havia mandado representantes até o local da manifestação, porém quando procurada nesta quarta-feira (21) pelo Capital News preferiu não se manifestar a respeito e disse não ter novidades sobre o assunto.

Fonte: Malu Cáceres - Capital News (www.capitalnews.com.br)



De origem indígena, boxeadora do AM sonha em chegar às Olimpíadas

SÍTIO GLOBO ESPORTE/AM, 21.05.2014

Nascida na Tribo Kaixana, Sandra Ramos é o grande destaque do boxe amazonense na atualidade. Atleta mora e treina na Vila Olímpica de Manaus

Com a raça típica do povo indígena, Sandra Ramos é mais uma guerreira, dentro e fora dos ringues. Amazonense, originária da tribo Kaixana, ela não foge das origens e sonha em chegar às Olimpíadas defendendo o Brasil no boxe. Em Manaus, pelo menos, já é o maior destaque local e promessa de bons frutos. (veja reportagem ao lado)

- Sou de origem indígena, da Tribo Kaixana – anuncia Sandra, logo no início da entrevista à TV Amazonas (filiada à Rede Globo).

Há oito anos ela deixou o município Santo Antônio de Sá (a 900 km da capital) para morar em Manaus. Atualmente, mora e treina na Vila Olímpica da Cidade, e é o grande destaque feminino da equipe do Centro de Alto Rendimento da Amazônia (CTARA). Ciente do talento, ela mira um bom futuro no esporte.

saiba mais

- Meu primeiro objetivo é entrar seleção (brasileira), o segundo é participar das Olimpíadas. Esse ano também tem competições internacionais que eu pretendo participar – traçou a indígena.

E ela recebe a aprovação do mestre de boxe, Mestre Carlos Fiola.

- Ela começou muito jovem, então ela está no ápice da carreira dela. Agora, se pintar - realmente como a gente está mantendo o foco - a seleção, no ano que vem são as Olimpíadas, e eu tenho certeza que ela vai estar classificada para isso – acredita Fiola, que treina os grandes atletas amazonenses.

Sandra Ramos Copa Norte de Boxe (Foto: Isabella Pina) Sandra Ramos é destaque no Amazonas (Foto: Isabella Pina)

Longe da família desde que deixou sua casa, há oito anos não vê a mãe e se emociona ao lembrar. Sandra afirma: “tudo é por ela”. Além disso, mira visitar a mãe em breve, pela primeira vez.

- Eu pretendo visitar ela depois do Brasileiro, em junho. Ela gosta muito que eu lute, ainda mais porque eu faço tudo isso por ela. Porque o incentivo que eles (Governo) estão dando, se você é medalhista na competição, você ganha uma grana, né? E isso vai ajudar muito.

Se por um lado a família está longe, os amigos e namorado acompanham muito bem a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

campeã. Cássio Humberto, renomado boxeador do Amazonas foi quem apresentou o esporte à namorada e confia em um bom destino para Sandra.

- É uma emoção muito grande representar milhões de brasileiros. Acho que ela vai fazer bonito – definiu Cássio, que defendeu a seleção brasileira em cinco países diferentes.

* Com informações do repórter Rafael Campos, da TV Amazonas (afiliada da Rede Globo)



Escola indígena em Alter do Chão, PA, aposta na tecnologia em sala de aula
SÍTIO G1, 21.05.2014

*Tablets e smartphones são usados como uma ferramenta no aprendizado.
Professores foram capacitados para usar aparelhos nas salas.*

Professores da escola indígena Professor Antônio de Sousa Pedroso, na vila de Alter do Chão, balneário distante cerca de 38 km de Santarém, oeste do Pará, estão apostando nas tecnologias dentro da sala de aula. Tablets e smartphones começaram a serem usados como ferramenta de aprendizado. Em 2013, a instituição recebeu os 20 tablets e 32 smartphones por meio de um projeto monitorado pela Secretaria de Educação do Estado (Seduc) e a Ong Ama Brasil.

A plataforma educacional denominada 'faceduc' está sendo utilizada para despertar o interesse dos alunos nos estudos. Na semana passada, os educadores foram capacitados para trabalhar com a plataforma em sala de aula. Os professores devem disponibilizar os planos de aulas na plataforma para que os alunos acompanhem o assunto que será apresentado nos semestres. "A ideia é que alunos tenham acesso à plataforma e possam interagir uns com outros, aprendam entre si e com os professores", explicou o professor de informática, Edilson Freitas.

O projeto deve contribuir para melhorar o desempenho dos alunos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A professora de geografia do 4º ano, Ruth Coutinho ministrou aula com o aparelho e destacou a importância da tecnologia no aprendizado. "Essa nova ferramenta vem somar, motivar ainda mais o interesse dos alunos no estudo. Aquilo que os alunos faziam por obrigação, devem fazer com prazer".



Escola indígena entre as 150 melhores

SÍTIO O POVO, 22.05.2014

Pela primeira vez na história do Spaece-Alfa da Seduc, uma escola indígena integra a lista das 150 melhores instituições públicas de ensino do Ceará no quesito alfabetização.

Localizada em Poranga, município do Sertão dos Inhamuns, a Escola Indígena Jardim das Oliveiras ocupa o 145º lugar no ranking das unidades premiadas pela Secretaria da Educação pelo bom desempenho de ensino. Ela tem 367 alunos dos níveis fundamental I e II e médio.

Por seu perfil indígena e por conta do ineditismo da premiação, a escola foi citada como destaque na solenidade de ontem. O diretor Evangivaldo Gomes Almeida recebeu a comenda.

“A nossa cultura, o nosso ritual sagrado e a luta pela Mãe Terra são pontos fortes que a gente tem. Eu só tenho a agradecer ao Pai Tupã e à Mãe Tamaína por esse momento. Esse prêmio é de todo o meu povo.”



Horta em Escola Indígena de Dourados recebe menção nacional

SÍTIO AGORA MS, 21.05.2014

Iniciativa do Programa Mais Educação é desenvolvida na Escola Tengatui Marangatu, na Aldeia Jaguapiru

Exemplo Nacional na implantação do “Mais Educação”, Dourados continua colhendo frutos pela implantação eficiente do programa. Nesta semana, a professora mestre Maria Adriana Torquetti Rodrigues está em Bertioga, São Paulo, apresentando na 6ª Conferência Internacional de Educação Ambiental e Sustentabilidade o caso da horta interdisciplinar da Escola Tengatui Marangatu, na aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados.

Adriana é a autora do projeto implantado em maio do ano passado pelo Programa Mais Educação. A horta, em parceria com a Embrapa Agropecuária Oeste, inseriu 60 alunos do 6º ano que aprenderam o manejo de uma horta, que utiliza adubo natural e mudas orgânicas. Pelo projeto, a escola foi a vencedora nacional do prêmio ‘Menção Honrosa da Ação Educativa da Embrapa’, no final de abril, em Brasília.

O projeto chamado “Horta como recurso didático e interdisciplinar na Escola Municipal Indígena Tengatui Marangatu” continua este ano, envolvendo os alunos da escola, segundo Adriana. O trabalho pedagógico, agroecológico e sustentável envolveu todos os professores, alunos e a comunidade indígena local.

A escola ganhou um ‘Kit Minibiblioteca’ da Embrapa e 100 kits escolares contendo mochila ecológica, estojo, caderno, agenda e mouse pad. A jornalista Christiane Congro Comas, que acompanhou o projeto pela Embrapa, diz que ficou surpresa com a criatividade e a diversidade de atividades desenvolvidas pela Escola Tengatui Marangatu.

A escola oferece educação do 1º ao 9º ano do ensino fundamental para mais de mil crianças das etnias Kaiowá, Guarani e Terenas. Os outros parceiros do projeto da horta Desenvolvidos dentro da Secretaria de Educação são a UFGD/Faind, Agraer e Funec.

O projeto está dentro da proposta do prefeito Murilo de promover a educação integral do aluno, preparando-o para o trabalho e para a vida. O Mais Educação é desenvolvido por parceria com o Governo Federal. Para garantir mais qualidade e eficiência a Prefeitura complementa os recursos e contrata monitores para as ações.

A Tengatui Marangatu é uma das 45 escolas da Rede Municipal de Ensino. O município implantou o Mais Educação em todas as escolas, se tornando a primeira cidade do país a conseguir esse feito. As ações do programa em Dourados vão ganhar espaço numa mídia nacional do Ministério da Educação sobre o programa.



Indígenas reivindicam readmissão de coordenador da educação modular

SÍTIO G1, 21.05.2014

*Sem coordenação, professores não podem ser enviados às aldeias.
Se não tiverem resposta, lideranças prometem realizar protesto.*

Professores e alunos do Sistema de Organização Modular de Ensino (Some) e lideranças indígenas do oeste do Pará entregaram na manhã de terça-feira (20) um documento ao Ministério Público Federal em Santarém, oeste do Pará, denunciando o descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado em abril deste ano.

O termo é um acordo entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Secretaria de Estado de Educação (Seduc), 5ª Unidade Regional de Educação (5ª URE) e lideranças indígenas e prevê que servidores da educação temporários sejam mantidos no cargo até a abertura de um concurso público, que deve ser realizado entre 2016 e 2017.

Segundo o coordenador geral do conselho indígena Tapajó-Arapiuns, João Tapajós, o coordenador do Some e professores foram demitidos no mês de abril sem justificativa. Os professores foram readmitidos, porém, o coordenador do Some indígena permanece fora da função.

Ele afirma ainda que, sem coordenação, educadores não podem ser enviados para as aldeias para ministrar as aulas. "São cerca de 2 mil alunos que assistem aula pelo Sistema Modular; já temos comunidades que estão sem educadores, porque eles precisam do encaminhamento do coordenador para que o líder da aldeia autorize que ele entre na localidade. Se continuar sem coordenação vão parar todas as aulas", relatou.

Aguardam resposta

De acordo com Tapajós, os professores tentam contato com a Seduc por meio de ligações e ofícios, mas nenhuma resposta foi enviada. Ao todo, são 32 professores que trabalham nas regiões de Oriximiná, Belterra, Santarém, Jacareacanga, Novo Progresso e Itaituba.

Após o dia 30 de maio, não podem ser contratados novos profissionais temporários, já que entra no período de campanha eleitoral, onde nos três meses antes e três meses após o processo não poderá haver contratações, somando seis meses sem coordenadores e professores enviados para as aldeias. "Temos urgência em voltar à coordenação e que as aulas retornem", ressalta Tapajós.

Em reunião com coordenadores da 5ª URE nesta terça-feira (20), o órgão solicitou que um novo documento seja enviado pedindo a readmissão do coordenador do Some indígena. O

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

documento deve ser entregue na tarde desta quarta-feira (21). As lideranças indígenas e professores afirmam que, se não receberem resposta até esta quinta-feira (22), irão organizar uma manifestação para pressionar as autoridades na próxima segunda-feira (26).

O G1 fez contato com a assessoria de comunicação da Secretaria Estadual de Educação, mas até a publicação desta matéria, não recebeu pronunciamento sobre o assunto.



Questão indígena no Alto Uruguai será tema de debate na UFFS – Campus Erechim
SÍTIO UFFS, 21.05.2014

Impasses, conflitos e horizontes relacionados à questão indígena no Alto Uruguai serão o tema de um debate na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. A atividade acontece na próxima sexta-feira (23), às 17h, na sala um do Bloco Anexo, junto ao Seminário Nossa Senhora de Fátima. O evento é aberto para a participação da comunidade acadêmica e externa e não há necessidade de inscrição prévia.

A atividade é promovida pelo Grupo de Pesquisa Anticapitalismo e Sociabilidades Emergentes (Gpase), em parceria com a Seção Sindical dos Docentes da UFFS (Sinduffs). Conforme o professor Cássio Cunha Soares, “a questão indígena (abrangendo desde os modos de vida, culturas, dilemas sociais às lutas políticas desses povos) se insere no leque de preocupações políticas e teóricas do Gpase”. Foram convidados para participar do debate professores da UFFS, representantes de movimentos sociais e estudantes.

Contexto

O professor explica que, por meio de um projeto de pesquisa coordenado pelo pesquisador Daniel de Bem, a Universidade realizou, em 2012, um levantamento das comunidades indígenas existentes na região do Alto Uruguai. “Através desse trabalho estabelecemos contato com muitas lideranças e populações kaingang e guaranis de nossa região, o que culminou na realização de um evento que, naquela ocasião, evidenciou aquilo que muitas organizações de direitos humanos e indigenistas insistiam em nos alertar: os riscos da explosão de um conflito entre essas populações e pequenos agricultores, caso as autoridades governamentais não promovessem os necessários canais de diálogo”, afirma.

Segundo Soares, o tema não foi tratado com o merecido cuidado pelo poder público. “Eis os desdobramentos recentes em Faxinalzinho. Por isso retomamos uma agenda de realização de debates nos espaços da Universidade, tendo em vista seu importante papel na publicização de questões relevantes para a opinião pública e a sociedade civil, evitando com isso que o tema seja pautado pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira que tendem a enquadrar os indígenas como personagens menores ou mesmo deslocados da nossa história como nação”, explica.



Natal recebe Encontro dos Pontos de Cultura Indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 21.05.2014

Reunião definiu quatro eixos prioritários da temática indígena a serem levados ao Fórum Nacional dos Pontos de Cultura

Os Pontos de Cultura Indígenas realizaram encontro nacional, nessa terça-feira (20), no espaço Territórios Tradicionais da Teia Nacional da Diversidade, que está sendo realizada no campus da UFRN, em Natal (RN), entre os dias 19 e 24 de maio.

A reunião, que contou com a participação da secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Márcia Rollemberg, definiu os quatro eixos prioritários da temática indígena a serem levados para votação na plenária do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, que também está sendo realizado dentro da programação da Teia.

Os quatro itens apontados foram a ampliação da instalação das Antenas GESAC nas aldeias indígenas (são antenas para conexão da internet em áreas isoladas); a anistia das dívidas dos Pontos de Cultura Indígenas com o Programa Cultura Viva; e pedido de novo edital de apoio às culturas indígenas e de um aceno fixo para o Colegiado de Culturas Indígenas na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).

Durante o encontro, o coordenador-geral de Programas e Projetos Culturais da SCDC/MinC, Daniel Castro, anunciou a decisão do Ministério da Cultura de lançar um novo edital para as culturas indígenas, ainda em 2014. Desta vez, com o diferencial de ser um edital de prêmio, voltado diretamente às comunidades e não mais para as OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), atendendo antiga reivindicação do segmento.

Castro explicou que os editais de prêmio possuem um processo de seleção menos burocratizado e mais acessível às comunidades tradicionais. Informou que a SCDC/MinC dispõe de um orçamento de R\$ 2 milhões para apoiar o edital e deve distribuir prêmios com valores que variam de R\$ 20 a R\$ 40 mil.

A secretária Márcia Rollemberg destacou os avanços conquistados no segmento das políticas públicas para a cultura indígena, nos últimos anos, apontando como exemplo a inclusão do recorte da diversidade como tema do encontro nacional dos Pontos de Cultura de 2014. Ela manifestou apoio à causa indígena, dizendo que enquanto estiver à frente da secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural se empenhará para fazer avançar os direitos culturais dos Povos Indígenas.

Fonte:
Ministério da Cultura



Movimentos chamam atenção às violações de direitos pelas mineradoras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.05.2014

Por Vinicius Ehlers, na Página do MST

Nesta quarta-feira (21), em Brasília, foi realizada a audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH-Senado) sobre o impacto da extração de minerais e poluição no Brasil. Durante a atividade, os movimentos sociais solicitaram maior atenção do Estado aos processos judiciais contrários as grandes mineradoras do país.

Representantes das organizações afirmam que a exploração predatória de minérios causa graves violações aos Direitos Humanos de comunidades tradicionais e moradores vizinhos de estradas de ferro e mineradoras, sem representar avanços sociais. O Projeto de Lei do Senado 508/2013, que criminaliza as manifestações, também foi alvo de críticas.

A audiência, presidida pela presidenta da CDH do Senado, senadora Ana Rita (PT-ES), teve início com a leitura de carta convocatória dos movimentos sociais, assinada pelo MST e movimentos nacionais como Via Campesina e outros, em repúdio ao PLS 508/2013, do senador Armando Monteiro (PTB-PE), que prevê aumento de penas para pessoas envolvidas em atos violentos durante manifestações.

Segundo Ana Rita, é inaceitável que a criminalização dos movimentos ocorra dentro da Casa do Povo, com propostas que propõe penas para crimes contra o patrimônio na mesma medida que crimes contra a vida.

A audiência teve participação de cerca de 150 militantes do Comitê Nacional de Soberania Popular Frente à Mineração, que comemorou um ano em maio. MST, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e Levante Popular da Juventude estiveram presentes, além da Mídia Ninja, que participou da cobertura.

O representante do MST, João Pedro Stedile, foi enfático ao pedir que o Senado se atente para a forma como a empresa vem atuando no país, com relação às comunidades atingidas por seus empreendimentos, mas também à Justiça e aos demais poderes envolvidos.

Stedile denunciou ainda uma série de ações supostamente irregulares da empresa em casos de atropelamentos nas linhas de estrada de ferro comandadas pela Vale, além de ações ilegais na evasão de divisas para paraísos fiscais.

"A Vale foi vendida de forma criminoso, e hoje não beneficia nenhuma das comunidades onde ela extrai minério, nem o povo brasileiro. Isso também guarda relação com a aprovação no governo FHC da Lei Kandir, que desonerou de impostos as exportações da Vale. Acabamos exportando sem ficar com imposto de nada", afirmou.

CONT.



As violações ficaram mais compreensíveis pela apresentação do documentário O Buraco do Rato, da diretora Kátia Visentainer, que denuncia violações da Vale S.A., lançado na audiência.

Vítimas da mineração

Para Pablo Neri, jovem do Movimento Nacional de Soberania Popular Frente à Mineração e morador do Assentamento Palmares 2, no município de Parauapebas (PA), nas proximidades da maior mina a céu aberto do mundo, as graves violações de direitos humanos sofridas pelas comunidades atingidos pela mineração é cruel.

“Os barões do minério estão lucrando sozinhos, enquanto nossos jovens são mortos nos municípios sem desenvolvimento algum. Das cinco cidades com maior índice de mortes de jovens no Pará, três são em municípios nas margens da estrada ferro Carajás. A miséria está lá nos matando, além da mineração em si”, afirmou o jovem.

Ele ressaltou que o problema social com hospitais lotados, sistema de saúde precarizado e muitas doenças advindos do “mineral negócio” são de responsabilidade da empresa.

Segundo Pablo, a contaminação das águas do rio local por dejetos de minério, a exploração de trabalho dos adolescentes e crianças, e a não distribuição das riquezas geradas são motivos urgentes para que as atividades desse tipo de empreendimento sejam paradas. “Eles tem medo de nós. E a violência deles é sinal disso. Não ficaremos calados”, disse o jovem de 19 anos.

Também estiveram presentes deputados como Dionilso Mateus Marcon (PT-RS) e o deputado Padre João (PT-MG), que lamentou a não realização da Reforma Política no país e os riscos que a mineração irregular traz.

“Avançamos, mas a soberania alimentar alcançada por mais de 40 milhões de brasileiros alcançadas ao longo dos últimos 11 anos de governo estão em risco, quando os próprios lençóis freáticos estão comprometidos, pela utilização de veneno. E isso não gera emprego, não garante desenvolvimento, apenas problemas econômicos, sociais e ambientais. E o que mais nos assusta é a falta da Reforma Política que permitiria o financiamento de campanha distanciando do risco de financiamento dessas grandes empresas”, afirmou o deputado Padre João.

O representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas gerais, deputado Durval Ângelo, denunciou várias situações de trabalho escravo, inclusive envolvendo crianças e adolescentes nas cidades de Minas onde há mineração.

“Até haitianos foram encontrados em situação de trabalho escravo em Conceição do Mato Dentro”, afirmou. Ele reiterou que muitos prefeitos são envolvidos pelo interesse econômico, mas depois acabam com graves prejuízos e consequências para os moradores de duas cidades.

Parlamento e interesses econômicos na mineração

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

Para o representante do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Carlos Bittencourt, os problemas desse gênero de envolvimento do capital minerador com os poderes públicos ficaram explícitos com as denúncias contra a Vale.

“Foi a primeira vez que denunciemos um deputado que declarou publicamente seu financiamento direto por uma empresa ligada a mineração. E justamente o que relatava o código da mineração na Câmara”, coloca, ao citar o caso do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), que confirmou ser financiado pelas empresas interessadas, sendo relator do Novo Marco Regulatório da Mineração (PL 0037/2011).

Para Bittencourt, as práticas de espionagem, investigação e quebra de sigilo, invasão de escritório de entidades de terceiro setor e intervenção de empresa na alteração de investigações quanto à morte de pessoas nas linhas de trem são claros sinais de alto grau de violação de direitos humanos que precisam ser investigados.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ressaltou a importância da audiência da CDH Senado.



MPF/BA: comunidade discute impactos de projeto de irrigação Baixio de Irecê
SÍTIO MPF, 21.05.2014

Audiência pública discutiu denúncia de que áreas adquiridas pela Codevasf para implantação do projeto resultam de grilagem

O Ministério Público Federal em Irecê (MPF/BA) realizou na última terça-feira, 20 de maio, no município de Xique-Xique, a 577km da capital, uma audiência pública com o objetivo de conhecer os impactos da implantação do projeto de irrigação "Baixio de Irecê" nas atividades das comunidades tradicionais que vivem no local. O evento teve forte presença das comunidades tradicionais, que relataram a insatisfação com o projeto.

Mediada pelo procurador da República Samir Cabus Nacheff Júnior, a audiência discutiu denúncia de representantes das comunidades de que as áreas adquiridas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), para implantação do projeto, resultam de um violento processo de grilagem sofrido nas décadas de 70 e 80. A denúncia deu origem ao inquérito civil público que apura o caso.

A procuradora da República Cristina Nascimento de Melo, representante do grupo de trabalho Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República, disse que é importante dar voz às comunidades e ressaltou ser esta a primeira audiência pública promovida pelo MPF voltada à participação das comunidades de fundo de pasto. Este tipo de comunidade tradicional se caracteriza pela posse e uso comunitário da terra e dos seus recursos ao longo de décadas.

Na audiência, o representante da Codevasf, Wagner Zani Sena, gerente de Administração Fundiária, apresentou a organização e o Projeto de Irrigação Baixio de Irecê. Em seguida, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xique-Xique e da Comissão Pastoral da Terra agradeceram ao MPF a oportunidade e apresentaram a pesquisa que deu origem à denúncia feita ao órgão.

As comunidades tradicionais lotaram o auditório da Câmara de Xique-Xique. Segundo os depoimentos, existe uma insatisfação geral com o projeto de irrigação, principalmente pelo fato de as comunidades estarem acostumadas a usar a área para criação de gado e não possuírem conhecimentos necessários em irrigação para se beneficiarem do projeto.

Também estiveram presentes na audiência, o assessor da presidência da Codevasf, Sérgio Antônio Coelho, os presidentes das Câmaras de Vereadores de Xique-Xique e Itaguaçu, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaçu, da Bahia Pesca, da Paróquia do Senhor do Bonfim de Xique-Xique e o Secretário de Meio Ambiente desse município.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

Ao encerrar a audiência pública, os procuradores da República comprometeram-se a analisar as informações colhidas no encontro com as comunidades a fim de dar prosseguimento ao inquérito e reforçaram o canal de diálogo com elas. "As portas do MPF estão sempre abertas para as demandas da sociedade", afirmaram.

Nesta quarta-feira, 21 de maio, os procuradores visitam algumas áreas onde está sendo implantado o projeto, com o objetivo de conhecer e registrar a real situação das comunidades que vivem na localidade.

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal na Bahia
Tel.: (71) 3617- 2295/2296/2299/2474/2200
E-mail: prba-ascom@mpf.mp.br
www.twitter.com/mpf_ba



Carta de encerramento do Seminário Internacional Carajás 30 anos

SÍTIO JUSTIÇA NOS TRILHOS, 21.05.2014

O Seminário Internacional Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental, realizado na cidade de São Luís, de 5 a 9 de maio de 2014, no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão, constituiu-se Território D. Tomás Balduino.

Após todos os debates, reflexões, articulações e mobilizações que fizemos ao longo do processo, incluindo os Seminários Preparatórios realizados em Imperatriz (18 a 20 de outubro de 2013), Santa Inês (20 a 22 de março de 2014), Marabá (21 a 23 de março de 2014) e Belém (09 a 11 de abril de 2014), afirmamos que:

- O extinto Programa Grande Carajás, cujas continuidades, hoje, são comandas pela Vale e seus parceiros, impôs um modelo de desenvolvimento que trouxe enormes prejuízos sociais, econômicos, políticos, culturais, artísticos, ambientais à Amazônia oriental. Mineração, exploração ilegal de madeira, indústrias poluidoras, pesca predatória, monocultivos, pecuária extensiva, especulação imobiliária no campo e na cidade, obras de infraestrutura provocam profundas alterações nas paisagens e nos modos de vida.

- Vivemos sob uma economia de enclaves, controlada por grandes corporações de alcance internacional e, assim como em várias partes do mundo, somos submetidos a: descomunal concentração de terras (a maior do país); poluição; destruição dos ecossistemas; concentração de renda; violência e assassinatos no campo e na cidade; trágicos conflitos fundiários; precarização do trabalho; trabalho escravo e infantil; desmonte da legislação trabalhista, ambiental e territorial; processos compulsórios de migração; aumento da miséria; genocídios de povos e comunidades tradicionais; desigualdade de gênero; marginalização da juventude e velhos.

- A voracidade da extração de minério de ferro da região Carajás determina o projeto de abertura de uma nova e enorme mina na Serra Sul da Floresta Nacional Carajás (S11D), a duplicação da Estrada de Ferro, considerada ilegal pela Justiça Federal, e construção de novas ferrovias, assim como a expansão do complexo portuário da região, resultando na intensificação das agressões aos povos, comunidades e à natureza.

- O agronegócio é inimigo da sociedade, com suas práticas destrutivas da natureza e dos modos de vida da agricultura familiar camponesa e dos povos das florestas, das águas e das cidades. Trata-se de um modelo de produção que impõe uma alimentação envenenada com seus agrotóxicos. Esse "desenvolvimento" constitui um crime de crime de lesa humanidade.

- Neste ambiente, denunciemos o Estado como agente promotor e sustentador deste modelo econômico que oprime e explora. Salvo honrosas exceções, o Executivo, o Judiciário e o

CONT.



Legislativo, em todos os seus níveis, atendem aos interesses dos empreendimentos opressores. A relação é de cumplicidade e submissão, havendo um cordão umbilical entre o grande capital internacional, a estrutura oligárquica e os poderes locais.

- Uma das principais ações dessa dinâmica é a violenta e histórica criminalização dos movimentos, organizações e lideranças sociais. O capital e o Estado não querem a manifestação pública! A pseudo-democracia serve, principalmente e quase que exclusivamente, ao poder econômico e à estrutura oligárquica.

- Esse processo de espionagem, criminalização e violência é uma manifestação da ditadura do capital que se expressa, dentre outras formas, através da censura e manipulação da grande imprensa. A ausência de notícias na grande mídia sobre esse Seminário é um exemplo claro da incorporação da censura pelos órgãos de comunicação, operada através do poder econômico.

- Porém, existem resistências a este desenvolvimento, em várias escalas e níveis, que envolvem a persistência de muitos que dizem não a este modelo: comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas; movimentos de mulheres, gênero e geração; organizações e movimentos sociais; organizações religiosas; intelectuais; trabalhadores e sindicatos do campo e da cidade; mídia alternativa. São muitos coletivos e sujeitos que acreditam e lutam a partir de outras referências, de outros paradigmas.

- Reafirmamos o Seminário Internacional Carajás 30 Anos como um processo regional, nacional e internacional de articulação, reflexão e mobilização das resistências e diferentes formas de produção de saberes e cultura para a construção de um mundo mais justo e solidário.

Diante do exposto, chamamos a sociedade da Amazônia, do Brasil e internacional a refletir e resistir contra o desenvolvimento imposto pelo capital e a lutar por:

- soberania dos povos;
- democracia popular;
- reforma agrária;
- demarcação de territórios indígenas, quilombolas e de populações tradicionais
- direito à moradia;
- soberania alimentar;
- conservação do ambiente;
- respeito às culturas e tradições;

Enfim, lutar pela vida. Afinal, diante da realidade deste modelo predatório e excludente, é
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

necessário “perder a inocência”.

Enquanto houver fome haverá luta!” (Manuel da Conceição)

São Luís, Amazônia, Brasil, 09 de maio de 2014



No AP, médicos cubanos têm contato pela primeira vez com indígenas

SÍTIO G1, 21.05.2014

Profissionais estão desde dezembro no Brasil pelo programa Mais Médicos.

Cubanos participaram de ação na aldeia Kumenê, extremo Norte do Amapá.

Os médicos Noel Dusac, de 49 anos, e Mirian Luz Strada de 46 anos, são cubanos e estão casados há 12 anos. No Brasil desde dezembro de 2013 quando desembarcaram no país pelo programa Mais Médicos, o casal teve contato pela primeira vez com índios brasileiros. Em abril, eles participaram de uma ação na aldeia Kumenê, em Oiapoque, a 590 quilômetros de Macapá. Para chegar ao local é necessário viajar mais de 15 horas via fluvial.

Nenhum dos dois falam fluentemente português. Mas durante a consulta, ambos conseguiram dialogar com os índios amapaenses. Na Kumenê, os indígenas preservam o dialeto materno na comunicação entre si, mas utilizam o português em conversas com pessoas de fora da aldeia.

“Foi normal. Os índios são um pouco tímidos, mas as consultas aconteceram de forma bastante tranquila. Deu tudo certo”, avaliou Noel Dusac.

O índio Geô Iaparrá, de 39 anos, disse que no começo sentiu um pouco de dificuldade na comunicação com os cubanos, no entanto, algo contornado no decorrer da consulta. “No primeiro momento é um pouco diferente porque é uma mistura de português com outra língua, mas ele falando devagar dá para entender”, avaliou o indígena.

O casal cubano relata que o contato com os índios foi uma das melhores experiências vividas por eles desde que começaram a se dedicar a missões humanitárias. Ambos passaram sete anos na Venezuela atendendo pacientes de baixa renda antes de vir para o Brasil.

“Em Cuba, nós tínhamos índios, mas a colonização espanhola fez com que todas as comunidades fossem extintas. Aqui no Brasil, vemos que eles ainda são preservados, diferente da minha cidade, onde existiam ao menos dez aldeias”, comentou a médica Mirian Strada, natural de Santiago, segunda maior cidade de Cuba.

Por causa da diferença cultural, os médicos cubanos fizeram da aldeia um atrativo turístico. Durante o percurso até o posto de saúde onde aconteciam os atendimentos na Kumenê, o casal aproveitou para tirar fotos.

A tribo, às margens do rio Urukauá, também serviu de cenário para o casal Dusac e Mirian. Eles contam que pela primeira vez vão para um lugar em meio a selva amazônica. “A paisagem é muito bonita”, resumiu o médico.

O casal se conheceu enquanto trabalhava em Santiago, em Cuba. À época, recém-divorciados,
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

Noel lembra que a inteligência e a beleza foram as qualidades que mais chamaram atenção em Mirian. “Nele, a simpatia, carisma, inteligência e a dança foram fundamentais para me conquistar”, respondeu a médica, sentada ao lado do esposo em meio a aldeia indígena.



Ministro do Desenvolvimento Agrário reafirma compromisso com quilombolas
SÍTIO PORTAL BRASIL, 21.05.2014

Miguel Rosseto afirmou que sua pasta irá auxiliar a estruturação das comunidades no que diz respeito à sua produção agrícola

Durante a V Mesa Nacional de Negociação de Regularização Quilombola, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, destacou seu compromisso com a regularização fundiária dos territórios quilombolas e com as políticas do MDA para auxiliar a estruturação das comunidades no que diz respeito à sua produção.

"A mesa é um espaço aberto e de diálogo entre as estruturas do governo e os movimentos sociais que está formando uma cultura política", salientou o ministro, durante a abertura do evento, realizado na sede do Incra, em Brasília.

A coordenadora nacional da Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (Conaq), Núbia de Souza, realçou os avanços, tanto nacional como estadual, desde que se instituiu a metodologia de mesa permanente, em agosto de 2013.

"Nosso diferencial, como movimento quilombola, é a força da nossa tradição. A luta pela terra é uma conquista dos presentes e dos que se foram para assegurar este direito", declarou Núbia, moradora da comunidade Abacate da Pedreira, localizada no município de Macapá (AP).

A secretária-executiva da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Silvano Euclênio, reforçou os resultados obtidos. "A mesa tem buscado novas estratégias, para continuar avançando, apesar das dificuldades."

Já o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, mencionou a Mesa como referência para a relação do governo com populações tradicionais e povos indígenas. Maldos ressaltou que em breve será lançada a Política Nacional de Participação Social e reforçou a metodologia da Mesa Quilombola para assegurar direitos.

Avanços

Denominada Mesa Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização dos Territórios Quilombolas, a 5ª reunião apresentou, por meio do diretor de ordenamento da estrutura fundiária do Incra, Richard Torsiano, os avanços obtidos até o momento.

Desde 2013, quando foi instalada, a Mesa assegurou a execução de 246 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), a publicação de outros 10 RTIDs, de 11 portarias de reconhecimentos, a assinatura de 10 decretos desapropriatórios e a expedição de 13 títulos pelo Incra para as comunidades.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

O planejamento, feito em conjunto com outros órgãos e o movimento social, até o final de 2014 prevê ainda a elaboração de 148 RTIDs e a publicação de outros 66, além da publicação de mais 34 portarias, outros 24 decretos e emissão e outros 42 títulos.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, ressaltou a importância da mesa para consolidar os avanços, mas pontuou os desafios e as dificuldades que podem surgir nos próximos anos. "Estou convencido que a Mesa pode apresentar ao governo seu potencial, mas deixando claro que há limites para além da nossa governança".

Participaram da 5ª Mesa quilombola Nacional: a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas; a Secretaria-Geral da Presidência da República; o Ministério do Meio Ambiente (MMA); a Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, (Seppir); o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); a Fundação Cultural Palmares (FCP); e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU); e Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (CPPCT/MDA).

Fonte:

Ministério do Desenvolvimento Agrário



Comunidade quilombola recebe projeto de melhoria da qualidade de vida

SÍTIO AGÊNCIA TOCANTINENSE DE NOTÍCIAS, 22.05.2014

A comunidade quilombola Barra do Aroeira, localizada no município de Santa Tereza do Tocantins, a 41 km de Palmas, receberá orientações sobre melhorias da qualidade de vida dentro de um projeto piloto, realizado pela Secretaria da Agricultura e Pecuária. O trabalho começa nesta quinta-feira, dia 22, quando uma equipe da pasta irá ao local para ministrar a oficina 'Conhecendo seus Direitos: Jovens Quilombolas e Desenvolvimento Local e Igualdade Social'. A atividade acontece a partir das 14 horas, na escola rural Horácio José Rodrigues, para cerca de 70 alunos, e contará com a participação de estagiários do curso de Assistência Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Segundo a assistente social da Seagro, Janaína Costa Rodrigues, como parte do projeto piloto, a comunidade quilombola, ao longo deste ano, contará com diversas atividades voltadas para o desenvolvimento econômico e social. "A comunidade vive da pequena produção, pecuária e agricultura. A intenção é repassar a estes jovens alunos conhecimentos para que eles possam buscar seus direitos e, automaticamente melhorias das condições de vida, com acesso à terra, saúde e desenvolvimento sustentável nos territórios quilombolas", argumentou.

Janaína explica ainda que estas informações contribuem para as comunidades garantir seus direitos. "É preciso conhecer para reivindicar melhores condições de vida, como infraestrutura básica para comunidade. Os jovens precisam de projetos agrícolas sustentáveis para produzir e continuar no campo, evitando o êxodo rural", disse, acrescentando que as oficinas, que continuam no segundo semestre deste ano, voltadas para políticas públicas de ações afirmativas e desenvolvimento sustentável nos territórios.

Quilombolas

O projeto, desenvolvido pela Seagro, é baseado no programa Nacional "Brasil Quilombola" sustentado em quatro eixos temáticos que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas. São eles:

Eixo 1: Acesso à terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a certificação e regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas.

Eixo 2: Infraestrutura e qualidade de vida – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (saneamento, habitação, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Eixo 3: Inclusão produtiva e desenvolvimento local - apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

Eixo 4: Direitos e cidadania - fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, junto às comunidades quilombolas considerando critérios de situação de difícil acesso, impacto por grande obras, em conflitos agrários, sem acesso à água e/ou energia elétrica e sem escola.



SDR Ibirama vistoria escola indígena La klãnõ em José Boiteux

SÍTIO TV IMAGEM NET, 22.05.2014

Na manhã desta quarta-feira, 21, os gerentes regionais, de infraestrutura Sandro Marcus Zluhan e de educação Amadeu Gonçalves, acompanhados pelo engenheiro, Anderson Poisk, da empresa de consultoria Prosul, estiveram na Aldeia Indígena de Palmeirinha, nas terras de La klãnõ, em José Boiteux, para realizar uma vistoria na E.I.E.B. La klãnõ, por solicitação do secretário de desenvolvimento regional de Ibirama, Roberto Ferrari. A vistoria é fruto do acordo com a comunidade indígena.

No início da tarde, reuniram-se no gabinete do secretário de estado de desenvolvimento regional, Roberto Ferrari, para apresentarem seus pareceres. Segundo as anotações, as dependências da escola, que conta também com ginásio de esportes e casa da cultura indígena, não oferece nenhum risco para alunos, professores e comunidade que frequentam as instalações da mesma.

Zluhan explicou que a escola se encontra com problemas pontuais como drenagem pluvial, janelas e portas estragadas, telhados precisando de manutenção e pequenas fissuras nas paredes de alvenaria, mas que não atingem a parte estrutural das edificações. "Esta é uma análise inicial com verificação dos projetos estruturais mas, teremos uma posição definitiva após o laudo final que tem sua entrega prevista para a próxima semana".

Roberto Ferrari esclareceu que a escola La Klãnõ já está incluída no plano de ações da SDR Ibirama e os estudos foram iniciados em novembro de 2013, e os projetos para reforma e ampliação já estão agendados, e que isto é de conhecimento dos dirigentes da escola. "Já temos os recursos para a elaboração dos projetos e estamos aguardando o laudo final para iniciar o processo licitatório dos mesmos".

Quanto ao problema da merenda escolar, reivindicação dos indígenas, também já está sendo solucionado. "Agendamos uma reunião com nutricionistas e especialistas, juntamente com a Gered e lideranças indígenas, para buscar uma solução imediata", salientou Roberto Ferrari.

Amadeu, explicou que estará na pauta da reunião o aumento na quantidade da merenda, e também a adequação do cardápio para atender o paladar dos alunos da escola.



Prefeito propõe mudar nomes de escolas indígenas

SÍTIO FATO AMAZÔNICO, 22.05.2014

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, encaminhou na terça-feira, 20, à Câmara Municipal de Manaus, projeto de Lei que modifica o nome de quatro escolas da rede municipal de ensino que funcionam em comunidades indígenas. De acordo com o prefeito, a decisão foi tomada após várias reuniões com as diversas comunidades e a mudança tem o intuito de preservar a cultura indígena.

“A proposta atende o que já dispõe a lei sobre o funcionamento de escolas indígenas, que assegura às comunidades a prerrogativa de definir as nomenclaturas das mesmas”, defende o prefeito. A lei, em referência, é o Decreto 1.394/2011, em seu artigo 2º, § 2º.

De acordo com o projeto de Lei, mudam de nome as escolas municipais São Thomé, na comunidade de Paranã do Samaúma, que passa a se chamar Escola Indígena Municipal Kunya Taputira; Aleixo Bruno, na comunidade Terra Preta, que passa a se chamar Escola Indígena Municipal Yayumbewewa Renawa Maku Arú Waimi; Três Unidos, na comunidade Três Unidos-Rio Cuieira, que passa a se chamar Escola Indígena Municipal Puranga Pisasú; e Boas Novas, na comunidade Viva Nova Esperança, que passa a se chamar Escola Indígena Municipal Kanata T-Ykua.

As escolas, com a nova denominação, de acordo com o projeto de Lei, estão incluídas na estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação (Semed).

O projeto de Lei foi encaminhado com pedido de urgência.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

Polícia Civil de Miranda resgata reféns em aldeia indígena

SÍTIO REPÓRTER MS, 22.05.2014

Na manhã de ontem (21), seis funcionários da prefeitura municipal de Miranda foram feitos reféns por indígenas e estavam proibidos de sair do local. O fato ocorreu no depósito de lixo da cidade, que é reivindicado como sendo uma área indígena.

Um grupo de aproximadamente 150 (cento e cinquenta) índios ainda permanece na região e promete não sair enquanto suas reivindicações não forem atendidas.

Investigadores confirmam que três ônibus escolares e pelo menos mais quatro veículos da prefeitura estão sob poder dos índios e se recusam a liberá-los. As vítimas foram resgatadas pelos policiais na aldeia indígena.

"A polícia civil continua realizando diligências na região para evitar conflito entre índios e fazendeiros", explica o delegado, Dr. Luís Alberto Ojeda.



Agricultores e indígenas estão descrentes sobre chance de acordo

SÍTIO JORNAL ZERO HORA, 22.05.2014

Encontro tenta incentivar busca de solução para o impasse envolvendo a demarcação de terras no norte do Rio Grande do Sul

Indenizar agricultores pelo terreno, e não só pelas benfeitorias, é considerada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) uma possibilidade para solucionar o conflito agrário no norte do Estado. Nesta quinta-feira, em Brasília, a proposta deve ser discutida em reunião entre representantes de índios, agricultores e governo.

Os produtores rurais têm uma contraproposta: criar reservas em outras áreas, mas as comunidades indígenas não aprovam a ideia. De ambos os lados, líderes nutrem pouca esperança de consenso.

No início do mês, após o ministro José Eduardo Cardozo cancelar visita ao Estado em momento de tensão na disputa por terras em Faxinalzinho, o Ministério da Justiça reafirmou o compromisso de acelerar a demarcação e desapropriação em áreas prioritárias, como Rio dos Índios (Vicente Dutra), Mato Preto (entre Erebangó, Erechim e Getúlio Vargas) e Passo Grande do Rio Forquilha (Cacique Doble e Sananduva). Faxinalzinho integra essa lista, mas está em fase inicial do processo. A Advocacia-Geral da União assegura não haver impedimento jurídico, mas a decisão será tomada pelo ministério.

Na última semana, técnicos dos governos federal e estadual trocaram informações sobre possíveis valores de indenizações e formas de pagamento para os agricultores. Só que a medida enfrenta a resistência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-Sul).

– Seria muito mais viável deslocar comunidades indígenas do que produtores – afirma o coordenador-geral da Fetraf-Sul, Rui Valença, que se diz "descrente" da possibilidade uma solução nesta quinta.

Único cacique caingangue que participará do encontro em Brasília – outros dois caciques guaranis confirmaram presença – Leonir Franco, 24 anos, saiu de Sananduva com a mesma sensação:

– Vai ser mais uma enrolação.

Tensão em cinco atos

1 — Em 28 de abril, dois agricultores foram mortos a tiros e a pauladas ao tentar furar o bloqueio feito por indígenas em estrada de Faxinalzinho.

CONT.



2 — A morte dos irmãos acirrou a disputa por terras no município. No dia seguinte, o transporte escolar foi suspenso, as aulas foram canceladas e só parte do comércio funcionou.

3 — O cancelamento da visita ao Estado do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, no dia 6, aumentou a tensão entre agricultores e índios, que voltaram a bloquear estradas.

4 — Cinco índios foram presos pela Polícia Federal em 9 de maio, suspeitos de envolvimento na morte dos agricultores. Entre eles, o cacique Deoclides de Paula e o irmão dele.

5 — Nesta quinta, representantes de agricultores, indígenas, governo estadual, Funai e Ministério da Justiça debatem em Brasília propostas para solucionar o conflito no norte gaúcho.

"Precisamos de boa vontade", diz Maria Augusta Assirati, presidente interina da Funai

Desde junho de 2013 como presidente interina da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati tem uma proposta: demarcar a área indígena e indenizar os agricultores pela terra, e não apenas pelas benfeitorias realizadas. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

Qual a proposta da Funai para o conflito em Faxinalzinho?

A demarcação da área e o pagamento de indenização aos agricultores pelos títulos de propriedade. É preciso considerar os direitos dos indígenas e de quem adquiriu aqueles lotes e vive lá há anos.

Os produtores sairiam e receberiam pelas terras?

Seria indenização pela terra, não só por benfeitorias. A pessoa não tem culpa por ter comprado uma área que era da União. Em alguns casos, sobretudo no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul, houve incentivo do poder público.

Por que tanta dificuldade?

Não há uma solução de mão única, porque estamos falando muitas vezes de pequenos agricultores. É preciso cooperação entre governos e comunidades para um consenso que garanta os direitos de todos.

É mais difícil resolver disputas no Rio Grande do Sul?

O Estado tem a característica muito forte do investimento na agricultura familiar, além de ter pouco estoque de terras. Precisamos de boa vontade de todos. Das terras indígenas regularizadas, mais de 90% estão na Amazônia Legal e cerca de 2%, entre Sul, Centro-Oeste e Nordeste. No RS, comunidades estão em situação complicada para aguardar demarcações, muitas vezes acampadas, o que não é exclusiva dos indígenas.

*Colaborou Carlos Wagner



MPF tem recomendação acatada: Governo instituirá magistério indígena no Ceará hoje, 22, às 14 horas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.05.2014

Recomendação enviada em abril pelo procurador Regional da República Francisco Macedo Filho sugeria que o Governo do Estado instituisse, num prazo máximo de um ano, o magistério indígena no Ceará. O compromisso será firmado em solenidade marcada para esta quinta-feira, 22 de maio, às 14 horas, no Condomínio Espiritual Uirapuru (CEU).

MPF CE

Acatando recomendação do Ministério Público Federal (MPF), a Secretaria de Educação do Ceará (Seduc) vai instituir o magistério indígena no estado, por meio da pactuação do Território Etnoeducacional Potyrô. Em ofício enviado ao MPF, o Governo do Ceará informa que o compromisso será firmado em solenidade marcada para esta quinta-feira, 22 de maio, às 14 horas, no Condomínio Espiritual Uirapuru (CEU).

No documento, a Seduc promete que, até o final de 2014, vai apresentar minuta de projeto de lei que cria cargos de professor indígena. Até o final de 2016, o Governo deverá apresentar minuta de projeto de lei de valorização do magistério indígena e até 2016 oportunizar o ingresso no serviço público do magistério diferenciado indígena.

Em recomendação enviada à Seduc no início de abril, o procurador Regional da República Francisco Macedo Filho havia sugerido que o Governo do Estado instituisse, num prazo máximo de um ano, o magistério indígena, através da criação da carreira de professor indígena. Segundo o procurador, desde o ano 2000, os professores indígenas no estado vêm sendo contratados por meio de contrato cujo vínculo é precário e sem as garantias trabalhistas devidas.

A recomendação expedida pelo MPF apontava que a admissão nos quadros do magistério público deverá ser feita por meio de concurso público específico e adequado às particularidades linguísticas e culturais das comunidades indígenas. Para o MPF, terão de ser garantidos aos professores indígenas os mesmos direitos a que fazem jus os demais docentes, com níveis de remuneração correspondentes ao seu nível de qualificação profissional e jornada de trabalho conforme estabelecido na Lei nº 11.738/2008.

O procurador Macedo Filho lembra que o direito a uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas está assegurado pela Constituição Federal de 1988. "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens", diz o artigo 231 da Constituição.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal no Ceará



As comunidades quilombolas alumiam o Baixo Parnaíba maranhense

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.05.2014

Mayron Régis - Territórios Livres do Baixo Parnaíba

O Encontro de comunidades quilombolas do Baixo Parnaíba alumiu muitas comunidades do município de Brejo. Algumas pessoas duvidaram de sua realização. A Secretaria de Direitos Humanos, ligada a Presidência da República, enviou uma representante. O leste maranhense responde por um número expressivo de defensores dos direitos humanos que o agronegócio ameaçou de morte. Esses defensores entraram no programa de proteção que a secretaria coordena.

A comunidade de Depósito se proclamou como comunidade remanescente de quilombos. Por várias vezes, os funcionários da proprietária destruíram as plantações dos quilombolas. Eles se enfrentaram pela última vez quando a proprietária arrendou a propriedade para empresários paulistas plantarem cana. A Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão fiscalizou a propriedade a pedido da SMDH (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos) e autuou a proprietária por desmatar áreas de preservação permanente.

O senhor Manoel Natal, presidente da associação de Depósito, é um dos incluídos no programa de proteção. Os quilombolas aguentaram calados, anos a fio, os desmatamentos de seus territórios para que empresários plantassem soja e capim. As carvoarias devastaram a Chapada. Os bacurizeiros e pequizeiros predominavam na vegetação. O Cerrado deu lugar a soja. A mata ciliar deu lugar ao capim. Em qualquer um dos casos, as pessoas se sujeitam aos agrotóxicos que empresários ou até mesmo os próprios agricultores despejam.

A contaminação dos veios de água é feroz. O prefeito de Brejo, o doutor Omar, apareceu no último dia do Encontro de Comunidades Quilombolas do Baixo Parnaíba. Provavelmente, ele imaginou que os quilombolas o tratariam com mesuras. Aconteceu o contrário em todos os espaços públicos onde parou para conversar. A declaração de um morador da Vila das Almas soou como uma tapa na cara do prefeito: "Eu bebo é lama". Ele se referia ao fato que a água, que saía do poço artesiano construído a mando da prefeitura, vinha cheia de barro.

Em outro momento, ele perguntou o que poderia fazer para conter o desmatamento das Chapadas. Quem sabe, propor uma lei a Câmara de Vereadores de Brejo que impeça novos desmatamentos. As comunidades quilombolas de Milagres arquitetaram com os vereadores do município e com o CEDEPROC, de Santa Quiteria, a elaboração e a aprovação de um projeto de lei que impede mais desmatamentos no município. A iniciativa partiu das comunidades de Tucuns e São Francisco.

O Syd, plantador de soja, planejava desmatar os baixos, plantar capim e criar gado próximo às comunidades. Com a lei, ele não pôde prosseguir. Os plantadores de soja no Baixo Parnaíba aplicam parte de suas rendas na compra de propriedades situadas nos baixos com o propósito de criarem gado.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

Águas, Povos e Tradições

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.05.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=8fDjchsVWH8

Articulação Semiárido - O vídeo "Águas, Povos e Tradições – Um olhar sobre as relações dos povos tradicionais do Semiárido com a Água" faz um breve passeio pelos estados de Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí apresentando uma diversidade de povos tradicionais. São quilombolas, indígenas, vazanteiros, geraizeiros e comunidades de fundo de pasto, representando a cultura e saberes para a convivência com a região.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Nota em Defesa dos Munduruku do Tapajós
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.05.2014

Exigimos Apuração e Punição dos Responsáveis Pelas Agressões Contra o Povo Munduruku

Em novembro de 2012 uma operação desencadeada pelo Exército brasileiro, Força Nacional e Polícia Federal, denominada "Operação Eldorado", cujo suposto objetivo seria o de retirar garimpeiros ilegais das terras Munduruku, teve como resultado a invasão de aldeias, agressões morais e físicas contra idosos, mulheres e até mesmo crianças indígenas, culminando com a morte de um índio Munduruku, Adenilson Krixí, assassinado com um tiro na cabeça desferido pelo delegado da Polícia Federal Antonio Carlos Muriel Sanchez, comandante da operação. Crime até hoje impune.

Escondido na cortina de fumaça jogada por esta operação, estava o real objetivo da mesma, ou seja, intimidar os índios Munduruku, que em junho do mesmo ano haviam participado do evento chamado Xingu+23, ocasião em que realizaram uma ação nos escritórios da Norte Energia, empresa que está construindo a UHE Belo Monte, posicionando-se diretamente contra esta obra, contra a construção de 07 hidrelétricas na Bacia do Tapajós e contra as outras dezenas de usinas hidrelétricas previstas para os rios da Amazônia brasileira.

Logicamente, considerando os verdadeiros objetivos expostos, o garimpo ilegal continuou livremente dentro das terras indígenas Munduruku.

Cansados de esperar pelo poder público, os Munduruku resolveram, eles próprios, realizar uma operação em janeiro deste ano, 2014, visando dismantelar o garimpo ilegal em suas terras. A operação foi muito bem sucedida, porém acentuou, ainda mais, a insatisfação do poder público local, em especial a Prefeitura de Jacareacanga, Câmara de Vereadores e órgãos de Segurança Pública instalados na cidade, mas também de comerciantes e garimpeiros que atuavam ilegalmente na região.

Em fevereiro/2014, insatisfeita com o posicionamento destes indígenas contra a construção das hidrelétricas no rio Tapajós, bem como com a operação de retirada do garimpo ilegal, a Prefeitura de Jacareacanga, cujo Prefeito e Vice-prefeito fazem parte do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo partido da Presidente Dilma Rousseff, desligou do quadro de professores do município 70 indígenas que trabalham nas aldeias. A alegação é que estes trabalhadores da educação não possuem nível superior, e por este motivo não poderiam continuar lecionando.

A Prefeitura em nenhum momento considerou que todos os professores e professoras indígenas estão em processo de formação no Curso IBAOREBU, um projeto dos Munduruku apoiado pela Funai, MEC e IFPA, tendo como objetivo garantir formação superior e técnica a estes indígenas, ficando assim claro o caráter político desta demissão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

A falta de aula nas aldeias fez com que os Munduruku fossem a Jacareacanga exigir a solução desta situação, realizando várias manifestações em frente a Prefeitura, Secretaria de Educação e Câmara Municipal.

Como resposta o Prefeito Raulien Queiros (PT), que é funcionário de carreira da FUNAI, o Vice-prefeito Roberto Krixí (PT), o Secretário de Assuntos Indígenas de Jacareacanga Ivânio Alencar, o representante do Comercial Primavera e outros comerciantes da região, o garimpeiro conhecido como Tubaína e outros "donos" de garimpos ilegais que foram expulsos após a ação dos Munduruku no início do ano, organizaram uma manifestação no dia 13 de maio, que teve como resultado hostilização, violência moral e física, além de tiros de rojão que deixaram gravemente feridos os indígenas Rosalvo Kaba Munduruku e Francinete Koru Munduruku.

No dia anterior a manifestação do dia 13, que culminou com as citadas agressões, uma casa que serve de apoio aos professores e professoras que dão aula nas aldeias foi incendiada, sendo este ato atribuído aos indígenas. Sem provas nenhuma tentaram justificar a violência que cometeram contra os índios.

Imediatamente após o ocorrido, o delegado da Polícia Civil Lucivelton Santos deu declarações à imprensa responsabilizando os Munduruku pelo incêndio na casa dos professores (aqui e aqui), mesmo sem nenhuma investigação realizada. Os Munduruku negam veementemente esta acusação.

Diante dos fatos expostos, nós, abaixo-assinado, responsabilizamos as pessoas citadas, bem como o Governador do Estado do Pará Simão Jatene e a Presidente da República Dilma Rousseff, por qualquer coisa que possa ocorrer com os indígenas Munduruku que estão se manifestando contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós e lutando pela garantia constitucional de políticas públicas para o seu povo.

Solicitamos ainda ao Ministério Público Federal (MPF) profunda investigação sobre os fatos ocorridos no último dia 13 de maio na cidade de Jacareacanga, aqui relatados.

Belém, 20 de maio de 2014

ASSINAM ESTA NOTA:

Aliança dos 4 Rios da Amazônia
Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC)
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)
Associação Indígena Tembê de Santa Maria do Pará (AITESAMPA)
Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA)
Associação dos Concursados do Pará (ASCONPA)
Associação Sindical Unidos Pra Lutar
Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)
Associação Brasileira dos Ogãs (ABO)
Associação das Organizações das Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas (AOMT-BAM)

CONT.



Associação de Artesãos do Estado do Amapá (AART/AP)
Associação de Divisão Comunitária e Popular (ADCP)
Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros de Santana (AGLTS)
Associação de Hortifrutigranjeiros Pescadores e Ribeirinhos de Marabá (AHPRIM)
Associação de Moradores Quilombolas da Comunidade de São Tomé do Aporema (AMQCSTA)
Associação de Mulheres do Abacate da Pedreira (AMAP)
Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMVQC)
Associação de Proteção ao Riacho Estrela e Meio Ambiente (APREMA)
Associação dos Moradores do Bengui (AMOB)
Associação Educacional Mariá (AEM)
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA)
Associação Grupo Beneficente Novo Mundo (GBNM)
Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC)
Encanto – Casa Oito de Março – Organização Feminista do Tocantins
Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA)
Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)
Centro de Treinamento e Tecnologia Alternativa Tipiti (CENTRO TIPITI)
Centro Pedagógico e Cultural da Vila Nova (CPCVN)
Centro Popular pelo Direito a Cidade (CPDC)
Coletivo Jovem de meio Ambiente do Pará (CJ-PA)
Comunidade de saúde, desenvolvimento e educação (COMSAÚDE)
Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)
Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras da Bacia do Bacanga (COMTRABB)
Cooperativa de Trabalho, Assistência Técnica, Prestação de Serviço e Extensão Rural (COOPTER)
Comissão Pastora da Terra (CPT/PA)
Conselho Indigenista Missionário Regional Norte II (CIMI)
Comitê Dorothy
Companhia Papo Show
Central Sindical e Popular CONLUTAS
Diretório Central dos Estudantes/UFPA
Diretório Central dos Estudantes/UNAMA
Diretório Central dos Estudantes/UEPA
Federação de Órgãos para Assistência social e educacional (FASE – Amazônia)
Federação Paraense dos Estudantes em Ensino Técnico (FEPET)
Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMCOS)
Federação das Entidades Comunitárias do Estado do Amapá (FECAP)
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Programa Amazônia (FASE)
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA)
Fórum Carajás
Fórum de Participação Popular em Defesa dos Lagos Bolonha e Água Preta e da APA/Belém
– Fórum dos Lagos
Fórum dos Movimentos Sociais de Belterra (FMSB)

CONT.



Fundação Tocaia (FunTocaia)
Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP)
Fundação Tocaia (FunTocaia)
Fórum Social Pan-Amazônico (FSPA)
Fundo Dema/FASE
Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB)
Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá (GHATA)
Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB)
Grupo Identidade LGBT
Grupo Ipé Amarelo pela Livre Orientação Sexual (GIAMA)
Instituto de Desenvolvimento Social e Apoio aos Direitos Humanos Caratateua (ISAHC)
Instituto de Divulgação da Amazônia (IDA)
Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA)
Instituto ECOVIDA
Instituto Trabalho Vivo (ITV)
Instituto Universidade Popular (UNIPOP)
Instituto Amazônia Solidária (IAMAS)
Instituto Universidade Popular (UNIPOP)
Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA)
Instituto Madeira Vivo (IMV)
Juntos!
Mandato do vereador Cleber Rabelo (PSTU/Belém)
Mandato do vereador Fernando Carneiro (PSOL/Belém)
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará (MMCC-PA)
Movimento de Mulheres Olga Benário
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Movimento Luta de Classes (MLC)
Movimento Estudantil Vamos à Luta
Movimento Xingu Vivo Para Sempre
Mana-Maní Círculo Aberto de Comunicação, Educação e Cultura
Movimento Hip-Hop da Floresta (MHF/NRP)
Marcha Mundial das Mulheres (MMM – AP)
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto Urbano (MSTU)
Movimento Afrodescendente do Pará (MOCAMBO)
Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB)
Movimento de Mulheres Empreendedoras da Amazônia (MOEMA)
Movimento de Promoção da Mulher (MOPROM)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Mulheres de Axé
Oposição de Esquerda da UNE
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)
Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)
Partido Comunista Revolucionário (PCR)
Programa Vozes da Amazônia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

Rede de Educação Cidadã (RECID)
Rede de Educação Cidadã de Rondônia
Rede de Entidades em Defesa da Vida de Rondônia
Rede de Juventude e Meio Ambiente (REJUMA)
Rede Emancipa: Movimento Social de Cursinhos Populares
Rede Fórum da Amazônia Oriental:
Rede de Educação Cidadã (RECID)
Sindicato das Empregadas Domésticas do Estado do Amapá (SINDOMESTICA)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR/STM)
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR/MA)
Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (SODIREITOS)
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH)
União Folclórica de Campina Grande (UFCG)
União Municipal das Associação Moradores de Laranjal do Jari (UMAMLAJ)
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH)
Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Pará (SINTSEP/PA)
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Gestão Ambiental do Estado do Pará
(SINDIAMBIENTAL)
Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Belém e Ananindeua
Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Ananindeua e Marituba (SINTRAM)
União da Juventude Rebelião (UJR)
União dos Estudantes Secundaristas de Belém (UESB)
Vegetarianos em Movimento (VEM)

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Dion Monteiro.



Congresso do Paraguai aprova expropriação de terras em favor de indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.05.2014

EFE/Yahoo Notícias

Assunção, 21 mai (EFE) – A Câmara dos Deputados do Paraguai aprovou nesta quarta-feira, quase por unanimidade, a expropriação de 14.404 hectares de terra em favor da comunidade indígena Sawhoyamaxa, que foi expulsa dali há mais de 20 anos por um empresário alemão.

O projeto de lei, que já contava com a aprovação no Senado, pretende cumprir uma sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que se arrasta desde 2006.

Após a ratificação na Câmara, a proposta legislativa se transfere ao presidente do Paraguai, Horacio Cartes, que pode sancioná-la ou vetá-la.

É a primeira vez que o Estado paraguaio pretende restituir as terras de uma comunidade indígena por meio de uma desapropriação, segundo a ONG Tierraviva, que apoiou os Sawhoyamaxa durante o processo.

O projeto, apresentado no último dia de seu mandato pelo presidente anterior, o liberal Federico Franco, foi aprovado com os votos da oposição e da maior parte dos deputados do governante Partido Colorado.

Em 2006, a CIDH sentenciou que antes de três anos o Estado paraguaio devia restituir essas terras, em poder de Heribert Roedel, condenado em seu país no anos 80 por roubar investidores alemães com um esquema de venda fraudulenta de terras no Paraguai.

Segundo a ONG Tierraviva, o Estado paraguaio é o único em toda a região que tem contra si três sentenças descumpridas da CIDH em matéria territorial indígena.



PMs são recebidos a tiros por indígenas na aldeia de Queimadas em Ortigueira
SÍTIO O DIÁRIO, 22.05.2014

Policiais militares foram recebidos a tiros na tarde dessa quarta-feira (21) por indígenas da aldeia de Queimadas, em Ortigueira (135 km de Londrina). Eles chegaram a se refugiar em um imóvel até que equipes de apoio chegassem ao local.

Os homens se dirigiram até a aldeia a pedido de um promotor de Justiça, pois um acusado de homicídio estaria no local. De acordo com dados da Polícia Militar, os indígenas não viram com bons olhos a entrada dos profissionais e ainda teriam tentado auxiliar a fuga do procurado.

O indígena suspeito é acusado de assassinar um agricultor há cerca de dois meses, na zona rural de Ortigueira. Ele teria fugido a pé pela mata enquanto os policiais eram atacados a tiros. Logo depois, aproximadamente 30 moradores da aldeia foram até cidade, que fica a 500 metros, e iniciaram um protesto.

Na manifestação tão teriam ocorrido novos incidentes e o promotor esteve presente para tentar acalmar os ânimos. O indígena procurado estava desaparecido até as 9h desta quinta-feira (22).



Projeto de Pesquisa da Unisc resgata cultura indígena

SÍTIO CIMI, 22.05.2014

Povo Guarani vem a Santa Cruz para vender produtos e participa de ação na Universidade

A presença dos índios no território brasileiro é muito anterior ao processo de ocupação estabelecido pelos exploradores europeus que aportaram no país. Hoje, há poucas ações que dão o real significado a este importante povo que é parte fundamental da história e da cultura do Brasil. Uma dessas ações consiste no Projeto de Pesquisa Infância e Educação Guarani, das professoras Ana Luisa Teixeira de Menezes e Sandra Richter, na Linha de Pesquisa, Linguagens, Aprendizagem e Tecnologia do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

SOBREVIVÊNCIA

Em virtude disso, um grupo de indígenas da etnia Guarani, oriundos da Aldeia Kaguyopoty (flor da mata, traduzido do Guarani) de Estrela Velha, está em Santa Cruz para vender seus produtos e participar do projeto. "Eles vieram para Santa Cruz vender seu artesanato, cestos e bichos em madeira, antes do inverno para conseguir comprar mantimentos a fim de enfrentar a estação mais fria. Por ser um povo caminhante, se deslocam por diversos municípios sobrevivendo da troca e da venda do artesanato, onde buscam auxílio e doações nas Secretarias de Assistência Social que os acolhem. Em especial, esse grupo participa conosco em diversas pesquisas em andamento" destacou a mestrandia Raquel Viçosa, que desenvolve atividades com as colegas Fátima Souza e Ana Lúcia Schedid, professora Josiane Ulrich e pós-doutoranda Viviane Silveira.

Por essa razão, os indígenas foram até a Unisc participar do grupo de estudo e disponibilizar seu artesanato. "A convivência com os indígenas aqui em Santa Cruz está sendo uma experiência muito rica pelas trocas e aprendizagens desse encontro intercultural de forma natural fora da Aldeia" completou Raquel. Para o indígena Alex Costa, de 33 anos, Santa Cruz sempre foi o ponto principal para vinda da sua Aldeia. "Trazemos pra cá os artesanatos para vender. O pessoal vem para Santa Cruz que é a cidade que mais nos favorece em vendas, até por ser uma cidade grande e perto da nossa Aldeia. Aqui, a Prefeitura libera uma casa pra nós e podemos ficar por algumas semanas" revela o indígena.

FALAR MENOS E OUVIR MAIS

Divulgação / RJ

Indígena Alex Costa (ao fundo), vende o seu artesanato em Santa Cruz e participa do Projeto de Pesquisa Infância e Educação Guarani na Unisc

Segundo Alex, a Aldeia Kaguyopoty de Estrela Velha, que fica a 127 km de Santa Cruz, possui
CONT.



nove famílias em uma quantidade total de 75 pessoas. Em Santa Cruz, atualmente, há oito indígenas vendendo artesanato e participando do projeto.

“A maioria do pessoal que mora na Aldeia estuda, e quem não estuda sai para vender os produtos” completa Alex, que revela ter uma escola na Aldeia Kaguypoty que oferece estudos até a 5ª série. Quem quiser ter acesso às séries superiores, precisa se deslocar para a cidade de Estrela Velha.

Para a professora Ana Luisa Teixeira de Menezes, que já trabalha com o povo indígena há 13 anos, a ação é de grande valia do ponto da educação. “Com eles, os estudantes aprendem diversas questões, como por exemplo, na visão do povo indígena, a escuta é muito importante, ele preferem escutar do que falar apenas por falar, e dão muito importância para o que escutam. Eu mesmo como professora, ao longo dessa pesquisa, aprendi a ouvir bastante e falar o necessário, isso vale muito como aprendizado. Fora a importância do estudo cultural propriamente dito, em procurar, em vez de buscar nossa cultura vinda da Europa, também a cultura ameríndia que o povo indígena traz como ciência” finaliza a professora.



Educação indígena ganha novos investimentos

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 22.05.2014

A vida está mudando nas comunidades indígenas localizadas na zona rural de Oiapoque, no extremo Norte do Brasil. Na aldeia Kumenê, situada na bacia do Rio Uaçá, distante 120 quilômetros da cidade, onde vivem aproximadamente 1.900 índios da etnia Palikur, por não ter sofrido influência do português ou do francês, a tribo é a única no município que ainda fala a língua materna.

A comunidade tradicional também contribui para um desenvolvimento sustentável fundamentado na conservação da natureza e na preservação da cultura. A religião foi a única manifestação que se observa como mudança na aldeia. A partir da década de 1960, os indígenas começaram a se converter ao protestantismo, que já influencia a maioria das famílias.

E se a igreja era a principal atração na comunidade, agora a escola que acaba de ser inaugurada pelo Governo do Estado também vindo sendo motivo de admiração.

A Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Moisés Iaparrá foi erguida toda em alvenaria numa área de aproximadamente 950m² no meio da floresta, a poucos metros da vila, com três blocos divididos em seis salas de aula com capacidade para 35 alunos (cada); laboratório de informática; bloco administrativo, contendo diretoria, secretaria; arquivo; banheiros; refeitório; biblioteca; sala de professores; além de copa e cozinha e área de serviço. O investimento na construção da escola foi de R\$ 720.742,33.

Para facilitar a comunicação e o acesso à informação de dezenas de alunos na internet, o governo vai inserir a comunidade indígena na onda tecnológica. Em breve, a escola receberá, como reforço extra, uma sala com computadores em um espaço que se tornará a base das produções e experimentações dos indígenas com novas tecnologias e mídias.

Para as lideranças indígenas da aldeia Kumenê, a construção da escola foi um sonho realizado. "Nunca pensamos em ter uma escola como essa na nossa comunidade, nossos filhos estão ansiosos para estudar aqui, ainda mais sabendo que vai ter até computador com internet. Isso era um sonho pra nós que agora sim se tornou realidade", elogiou o cacique Azarias Iaparrá.

Descendo o Rio Uaçá

Na aldeia Pwaitkeyt, o Governo do Amapá também entregou a Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Maria Yanawá, contendo duas salas de aula, diretoria, refeitório, copa e cozinha, dois banheiros e caixa d'água com castelo, cujo investimento foi de R\$ 142.003,18.

O detalhe observado está na antiga escola utilizada pelos alunos da comunidade. Um pequeno cômodo em madeira onde o espaço era para, no máximo, seis carteiras sem qualquer estrutura. Hoje, com a nova escola construída em alvenaria, cada uma das duas salas tem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

capacidade para acomodar até 35 carteiras escolares, mobília que, aliás, já está à disposição da comunidade.

No mesmo modelo também foi entregue pelo Governo do Amapá, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinf), a Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Kamuywá, cujo investimento também foi de R\$ 142.003,18 para atender 70 alunos índios.

Na região do Oiapoque, onde vivem aproximadamente 6 mil índios, o Governo do Estado já havia entregado a Escola Indígena Estadual Manoel Primo dos Santos, na aldeia Santa Isabel. A antiga escola, erguida em madeira, foi construída em 1997 pelo então governador e hoje senador do Amapá, João Alberto Capiberibe.

Casal indígena mostra sua beleza em ensaio para o Delit

SÍTIO ITAPORÃ NEWS, 22.05.2014



O site de ensaios fotográficos Delit lança seu terceiro trabalho, com o tema “Beleza Indígena”, em homenagem ao mês do índio, comemorado em abril.

O casal Rocleiton Ribeiro e Suzy Freitas mostram os encantos da etnia Terena, com roupas, pinturas e acessórios tradicionais, que expressam toda a sensualidade do povo nativo brasileiro.

A modelo Suzy Freitas, 21 anos, estudante de Agronomia, foi eleita Miss Indígena Dourados no ano de 2011. Já o jovem Rocleiton Ribeiro, 19 anos, também da cidade de Dourados, estudante de Enfermagem, é o atual Mister Indígena deste ano.

O local escolhido para a sessão de fotos foi uma pedreira, na nascente do córrego sardinha, e também uma oca indígena utilizada para fins religiosos, ambos localizados na aldeia Jaguapiru, em Dourados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 89/ 2014

Brasília, 22 de maio de 2014.

A equipe de organização e produção é formada pelo fotógrafo Giovani Leite, a empresa Zoom Motion Design, responsável pelas filmagens e o salão BemBonita, que produziu o cabelo e a maquiagem dos modelos. Ainda há o apoio dos colaboradores Gustavo Grassi e Cláudia Gisele.